

VISÃO DO CORREIO

Brasil e a gestão de riscos ambientais

Há décadas, o Brasil acumula desastres, transtornos e prejuízos durante o período chuvoso e, neste ano, a história se repete. Sem ir muito distante no tempo e analisando apenas os últimos 30 dias, registros indicam que o perigo está presente. Para este mês, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) espera a ocorrência de tempestades em pontos espalhados pelo país. Fato é que a temporada das águas entra em cena trazendo novamente o medo para a população. A gestão de riscos, que deveria ser prática constante e eficiente, segue sem dar conta do tamanho dos problemas.

Sete dias atrás, um forte temporal provocou graves transtornos aos moradores do Sol Nascente, do Pôr do Sol e de Ceilândia. Carros foram levados pelas enxurradas, que danificaram asfalto, inundaram estabelecimentos comerciais e garagens. O governo do Distrito Federal criou uma força-tarefa para mitigar os danos causados pela tempestade, que afetou, inclusive, o Hospital Regional de Ceilândia.

No fim de semana, a Defesa Civil Nacional testou o aviso de emergência em celulares. A mensagem de texto sobrepõe qualquer função que estiver sendo usada no momento do envio para que o usuário perceba a informação e a gravidade da situação. A verificação do sistema ocorreu em cidades do Rio Grande do Sul e em Belo Horizonte. Na quarta-feira (4/12), o recurso gratuito será disponibilizado para todo o território brasileiro, com alcance das redes 4G e 5G. A ferramenta é importante se chegar a tempo de uma pessoa se proteger e juntar-se a outras que são oferecidas pelos órgãos estaduais. Mas mitigar os diversos impactos causados pelas chuvas requer que ações e estratégias de infraestrutura sejam efetivas.

A mudança climática não pode ser justificativa para tragédias e contratempos.

Os governos precisam investir de forma mais eficiente na gestão de riscos, implementando programas e políticas atuais que consigam dar respostas à altura dos eventos extremos.

O Brasil tem de desenvolver medidas multidisciplinares e sistematizadas que previnam acidentes ambientais, inundações, deslizamentos e o que mais pode acontecer em decorrência de chuvas fortes. A população e as instituições não podem ficar alheias à possibilidade da ocorrência de sinistros, mesmo que oriundos de perigos naturais. Por um conjunto de fatores, o país não possui uma cultura de gestão de risco, mas, sim, de gestão de crise.

Segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU), o Executivo deixou de aplicar 35,5% do montante destinado ao programa de Gestão de Riscos e Desastres da Defesa Civil entre 2012 e 2023. Dos R\$ 33,75 bilhões previstos no Orçamento para ações de resposta, recuperação e prevenção, R\$ 21,79 bilhões foram efetivamente pagos pela União ou transferidos a estados e municípios — o equivalente a 64,5% do total. As informações do TCU revelam também que apenas R\$ 6 bilhões (27,6% do total) foram destinados para medidas de prevenção — obras de infraestrutura executadas para evitar ou reduzir a ocorrência de desastres. Os números mostram que a negligência começa com o repasse e a aplicação dos recursos.

É urgente uma nova postura do poder público, dos órgãos setoriais, da sociedade civil organizada e da população em geral diante dessa questão. As precipitações pluviométricas vão ocorrer. Nesse sentido, não é possível mais aceitar carência na gestão de riscos. Os padrões de uso e gerenciamento do território, além de, principalmente, dos investimentos, têm de ser revistos para que garantam a prevenção de perdas humanas e econômicas atreladas às chuvas.



ROSANE GARCIA
rosanegarcia.df@dabr.com.br

Retrocesso para mulheres

Entre 2021 e 2023, foram registrados no país 164.199 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes até 19 anos, inclusive do sexo masculino, segundo o relatório Panorama da Violência Letal no Brasil, um estudo divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A maioria das vítimas foram do sexo feminino (87,3%) e quase a metade (48,3%) tem entre 10 e 14 anos, e 52,8% são negras (pretas e pardas).

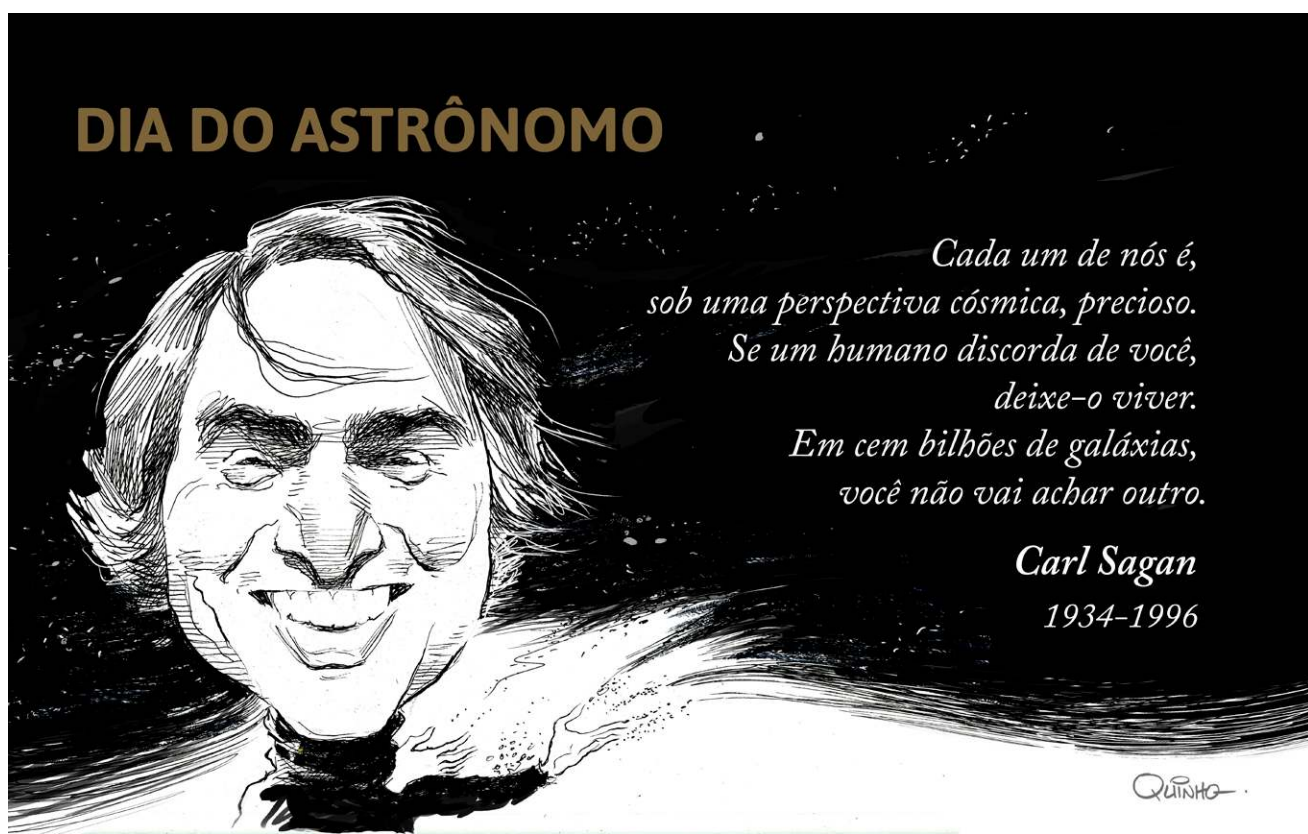
Dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos, no período de 2020 a 2022, o Brasil teve mais de 11 mil partos por ano. As mães eram menores de 14 anos, vítimas do crime qualificado como estupro de vulnerável. Mas não só adolescentes são violentadas. O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, lançado pelo Ministério das Mulheres, revelou que, em 2022, foram registrados 67.626 estupros de mulheres no país, ou seja, a cada 8 minutos uma mulher foi violentada.

Na semana passada, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) ressuscitou Proposta de Emenda à Constituição, eladurada por parlamentares masculinos, que proibe todos os casos de aborto no país — estupro em todas as faixas etárias, em situação de risco de vida à gestante e em caso de feto anencefalo.

Não sou defensora do aborto, mas não condeno quem faça, provavelmente, forçada pelas circunstâncias da vida, em um país dominado pela desigualdade socioeconômica. Há pouco tempo — bem antes desta desastrosa decisão, conversei com uma psicóloga e indaguei o que significava o aborto para uma mulher. Minha amiga foi taxativa: “Ela sofrerá muito, não só fisicamente, mas emocionalmente, e, dificilmente, conseguirá superar o trauma, tanto do estupro quanto o da interrupção da gravidez”. E acrescentou: “A lembrança é como uma cicatriz”.

A decisão dos parlamentares inspira algumas dúvidas. Como reagiriam se a filha, entre 10 e 16 anos fosse vítima de violência sexual e engravidasse? Aceitariam um neto(a) fruto dessa horrenda brutalidade? Se essa filha, ou outra mais velha, corresse risco de morte se não interrompesse a gestação, a avaliação médica seria ignorada?

Se a PEC for aprovada, como pretendem os deputados, a mulher tornar-se-á de fato um objeto para a diversão do gênero oposto. Perderá a autonomia sobre seu corpo e até o direito de defender a própria vida, caso a gestação por agressão sexual resulte em gravidez. Será apenas uma mulher a menos na sociedade. Mas será que esse desprezo vale também para mulheres de todas as camadas sociais, ou são regras restritas às pobres, às negras e às invisíveis para os Poderes da República?



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

A língua da política

A língua da política promete sonhos, mas, na maioria dos casos, realiza pesadelos. Já dizia o escritor Lima Barreto (1881-1922), com sinceridade incontestável, “ninguém mais sobe pela eloquência, pela pena, pelo estudo; não: todos subimos pela estreita calçada das eleições e atas falsas, e, aí, nesse atropelo, quem vence é o mais dúctil e o mais pastoso, capaz, portanto, de se amoldar e de dobrar-se aos impulsos das multidões”. O nojo da política aumentou sob os efeitos da “mobilização inter-nética”. É enganosa a ilusão de que, graças à internet, o usuário pode automaticamente se arvorar em sujeito político e ser protagonista social. Uma tecnologia sozinha não faz verão. Ainda no comando do “pequeno eu”, o individualismo, a corrupção e o comodismo tocam o barco da crescente infelicidade política sentida mundialmente.

» **Marcos Fabrício Lopes da Silva**

Asa Norte

Kids pretos

A jornalista Renata Giraldo, em seu texto na edição de 1º de dezembro do **Correio**, intitulado *Defesa acadêmica dos kids pretos*, faz crer que o general Mário Fernandes, na sua tese de mestrado, fez apologia aos atos antidemocráticos ao defender as forças especiais contra a “guerra irregular”. Segundo Alessandro Visacro, especialista no assunto, “as guerras já não são mais as mesmas”. Em vez da confrontação militar formal, o mundo vem assistindo a uma série de guerras “irregulares”, como terrorismo, guerrilha, insurreição, movimentos de resistência e conflitos assimétricos em geral. Dessa forma, uma dissertação sobre “guerra irregular” não tem nada de irregular. Trata-se apenas de um estudo de um especialista no assunto sobre uma tropa especializada, existente em todos os países do mundo, da qual o Brasil não pode prescindir.

» **Marcus A. Minervino**

Lago Sul

Economia e social

A economia é algo difícil de digerir. Acontece com todo rigor quando envolvida com a política. É o caso do pacote de intenções do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Vamos traçar um cenário fictício, mas bem possível. Daqui a um tempo, a economia estará bombando de acordo com esse cenário. O mercado estará melhor, denotando um fenômeno pontual, e se esquece que o momento não é propício para a economia. O social se faz necessário, e será reconhecido pela comunidade.

» **Enedino Corrêa da Silva**

Asa Sul

FCDF

A colunista Ana Dubeaux, na edição do **Correio Braziliense** de 1º de dezembro, protesta com rigor e patriotismo: Brasília e os brasileiros estão unidos contra ameaças do governo federal contra o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), anunciada pelo pacote de maldades divulgado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Seremos eternos pedintes?”, pergunta. Brasília é a capital do Brasil. Deve e merece ser tratada com respeito pelos governantes de plantão. Nessa linha, Dubeaux salienta que o Fundo “representa 40% do orçamento do DF. Com a mudança no cálculo do reajuste do Fundo, segundo as contas dos técnicos do governo local, no próximo ano a perda de recursos seria de R\$ 800 milhões e que, em 15 anos, o GDF poderia perder 12 bilhões de reais”.

» **Vicente Limongi Netto**

Lago Norte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Isenção de IR até R\$ 5 mil: Rááá! Pegadinha do malandro.

Abraão F. do Nascimento — Água Claras

Parabéns à Valdina pela conquista e ao **Correio Braziliense** pela matéria de interesse público! Muito orgulho da UnB.

Márcia Abraão Moura — Brasília

Edição do **Correio** de 1º de novembro: poste em Taguatinga acesso por 24 horas, há mais de um ano? Pois aqui na 103 Sul a iluminação da quadra vai desse jeito para o quarto dia, totalmente acesa, mesmo com a comunicação, no sábado, à CEB, pelo 155.

Lauro A. C. Pinheiro — Asa Sul

Nos últimos 5 anos o Rio esteve em 4 finais e ganhou 3, realmente os times do Rio de Janeiro atualmente são melhores! Rio mais Libertadores. Parabéns aos times cariocas: Flamengo, Fluminense, Vasco e Botafogo!

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Insatisfação na caserna com o ajuste fiscal. Imagine como os civis se sentiram quando praticamente perderam a aposentadoria enquanto os militares ganhavam novos planos de carreira...

Diogo Ferreira — Brasília

O evento de Natal na Esplanada dos Ministérios deste ano está melhor. Todas as atrações próximas umas das outras. No ano passado, estava tudo muito espalhado.

Sarah Pereira — Brasília

Rogério Cerqueira Leite seguirá sendo inspiração para as próximas gerações. Muito obrigado pelo seu serviço, professor!

Diego Nolasco — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
------------	---------	-----

DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00
-------	----------	----------

Assine

(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em dinheiro terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo: Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h. Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568. E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br